



## **EDUCAÇÃO INCLUSIVA: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS DIRECIONADAS À FORMAÇÃO EDUCACIONAL**

Gabriella Manenti Gusen<sup>1</sup>  
Maria Eduarda Mezalira<sup>2</sup>  
Camila Heloiza da Silva<sup>3</sup>

### **RESUMO**

O presente relato de experiência aborda a relevância da formação docente para a construção de uma identidade profissional capaz de promover a educação inclusiva, com foco no ensino da Matemática. Esta disciplina, frequentemente desafiadora, exige do professor a capacidade de atender às diversas necessidades de aprendizagem dos estudantes. O trabalho evidencia a importância de uma atuação efetiva e inclusiva, articulada às políticas públicas e à gestão escolar, que contemple todos os estudantes. A ação foi desenvolvida no âmbito do Projeto de Extensão da disciplina “Políticas Públicas, Gestão Escolar e a História do Ensino da Matemática”, do curso de Licenciatura em Matemática da Universidade Tecnológica Federal do Paraná – Campus Pato Branco (UTFPR-PB). A metodologia se baseou em pesquisas em artigos científicos e busca por materiais pedagógicos de apoio, assim foram realizados encontros com duas turmas do curso de Formação de Docentes do Colégio Estadual Mário de Andrade, em Francisco Beltrão/PR (CEMA). A proposta buscou promover a reflexão e a prática sobre a inclusão escolar, articulando o diálogo com a realidade dos participantes e apresentando atividades e materiais didáticos como possíveis alternativas de adaptação curricular. Tais práticas se mostraram elementos cruciais para o futuro professor na reconstrução de sua identidade frente aos desafios da diversidade em sala de aula.

**Palavras-chave:** Educação inclusiva, Ensino da matemática, Formação Docente, Adaptação, Materiais didáticos.

### **INTRODUÇÃO**

Este relato aborda o projeto: “As políticas públicas direcionadas a formação educacional” desenvolvido por estudantes do curso de Licenciatura em Matemática da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), Campus Pato Branco, no âmbito da disciplina de Políticas Públicas, Gestão Escolar e a História do Ensino.

<sup>1</sup> Graduanda do Curso de Licenciatura em Matemática Universidade Tecnológica Federal - PR, [gabriellamanenti@alunos.utfpr.edu.br](mailto:gabriellamanenti@alunos.utfpr.edu.br);

<sup>2</sup> Graduanda do Curso de Licenciatura em Matemática Universidade Tecnológica Federal – PR, [mariamezalira@alunos.utfpr.edu.br](mailto:mariamezalira@alunos.utfpr.edu.br);

<sup>3</sup> Doutoranda no PPGECEM – Pós Graduação em Educação em Ciências e Educação Matemática – [Camilaheloiza@hotmail.com.br](mailto:Camilaheloiza@hotmail.com.br);





O projeto foi elaborado com o objetivo de auxiliar estudantes do curso de Formação de Docentes do Colégio Estadual Mário de Andrade da cidade de Francisco Beltrão no estado do Paraná a aprimorar seus conhecimentos sobre as políticas públicas que envolvem a educação, direcionando-os principalmente para a prática docente mais inclusiva e equitativa.

Para uma educação de qualidade é necessário levar em conta os princípios de acessibilidade e locomoção dos alunos para a sala de aula, tornando-o propício para a aprendizagem. Com os estudos sobre políticas públicas e a formação dos professores é notável a presença do assunto sobre o olhar para os currículos dos docentes que atuam com alunos inclusos, onde é evidente a importância da participação de toda comunidade escolar no desenvolvimento e formação de cada aluno, especialmente aqueles que necessitam de mais apoio.

As autoras Magalhães; Azevedo (2015), ressaltam a importância de métodos que melhorem a inclusão e o desenvolvimento de cada aluno igualmente, inclusive dos estudantes com necessidade de apoio especializado. O trabalho em sala de aula precisa ter a associação da teoria com a prática no tempo determinado, de modo que todos os alunos estejam envolvidos nas atividades e aprendendo igualmente, as autoras ainda comentam que “A formação dos profissionais da educação, de modo a atender às especificidades do exercício de suas atividades, bem como aos objetivos das seis diferentes etapas e modalidades da educação básica”(Magalhães; Azevedo, 2015, p.19).

Segundo os autores Camargo; Bosa (2009), há necessidade da inclusão na sociedade como um todo, desde quando o aluno que possui algum diagnóstico sai de casa até o momento que ele retorna para ela. Comentar sobre educação inclusiva nas escolas, em ambientes pedagógicos é válido para que todos estejam dispostos a trabalhar para que haja um ambiente escolar cada dia mais profissional e inclusivo. Com isso, segundo as seguintes autoras, temos que o professor desempenha um papel essencial no desenvolvimento de cada aluno, portanto, cabe a ele além de estar sempre em formação, também possuir ligação direta com o aluno e com a família com o intuito de estar mais preparado para interpretar e trabalhar com o diagnóstico do aluno.

Para que a educação inclusiva se efetive na prática, é necessário que haja um planejamento educacional que considere as características, os interesses e as potencialidades de cada aluno, bem como as barreiras que possam dificultar o seu processo de ensino e aprendizagem. Nesse contexto, surgem dois instrumentos importantes: o Plano Educacional Individualizado (PEI) e o Plano de Atendimento Educacional Especializado (PAEE). O Plano Educacional Individualizado (PEI) é uma estratégia pedagógica que visa a inclusão, a



diferenciação e a adaptação curricular. Ele é projetado para atender às necessidades específicas de cada aluno, considerando seus interesses, habilidades e objetivos.

Ademais, o PEI segue um processo de três etapas: identificação, avaliação e intervenção, e são estruturados em torno de três eixos: escolarização, habilidades sociais e inclusão (escolar, social e laboral). A partir do que diz Márcia Marin Vianna em seu trabalho “Plano Educacional Individualizado-Que ferramenta é esta”, a elaboração de algo tão personalizado, relacionado ao currículo escolar e à aprendizagem do aluno demonstrou-se como um desafio, algo novo a ser aprendido. Posteriormente, para melhor desenvolvimento e aplicação do Plano Educacional Individualizado, surgiu o Plano de Atendimento Educacional Especializado (PAEE), que visa diminuir os desafios que as escolas encontram na educação inclusiva (Vianna, 2011).

Segundo a Lei de Diretrizes e Bases 9394/96 o AEE tem a função de complementar ou suplementar a formação dos alunos, por meio da disponibilização de serviços, recursos de acessibilidade e estratégias que eliminem as barreiras para sua plena participação na sociedade e desenvolvimento de sua aprendizagem. O professor do AEE precisa de uma formação especializada e plena ciência de suas atribuições e como são necessárias para um bom ensino. Para atuar na educação especial, o professor deve ter como base de sua formação, inicial e continuada, conhecimentos gerais para o exercício da docência e conhecimentos específicos da área (Brasil, 1996).

Além do conhecimento dos documentos pedagógicos e do compromisso com a formação contínua com educação inclusiva, é importante destacar os conhecimentos socioemocionais que o professor deve possuir para lidar com as mudanças no desenvolvimento de cada aluno. Segundo Abed (2016), compreender como tais habilidades podem contribuir com a melhoria do desempenho escolar e vida futura dos estudantes permite construir caminhos que promovam o desenvolvimento, aprimoramento e consolidação de uma educação de qualidade.

Segundo Rogalski (2010), as associações civis e movimentos sociais têm desempenhado um papel crucial na defesa dos direitos das pessoas com deficiência e na criação de instituições e serviços especializados. Esses esforços têm impulsionado a evolução das concepções sobre deficiência e diversidade, passando pela segregação, integração e inclusão. Esses processos têm implicações profundas nas políticas e práticas educacionais, refletindo-se na maneira como a sociedade e as escolas percebem e lidam com a deficiência. No entanto, a construção de uma sociedade verdadeiramente inclusiva ainda enfrenta muitos desafios.



Um marco importante para a consolidação da educação especial no Brasil foi a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional do ano de 1996 principalmente nos artigos 58, 59 e 60. O art. 58 assegura o direito dos educandos com algum tipo de deficiência de ter acesso a serviços especializados para atender suas necessidades específicas, nisso inclui-se o Professor apoio. Já o art. 59 detalha as principais diretrizes da educação especial, como por exemplo, a adaptação de currículos e o acesso igualitário. Por fim, o art.60 enfatiza a preferência de a educação especial ser em escolas públicas e sobre o apoio financeiro que deve ser instituído pelo Poder Público.

Além disso, temos as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica que tem como objetivo assegurar apoio, integração social e o exercício de seus direitos fundamentais, com isso, exibe também que a função de tornar a escola acessível para o aluno com deficiência é da própria escola onde a escola deve se adaptar ao educando e não o contrário.

Ao que diz respeito à função do professor apoio temos como referência o documento de Orientações Nº 006/2020 da Secretaria do Estado da Educação e do Esporte do Paraná (SEED-PR) que explicita os deveres de toda comunidade escolar para garantir o acesso e a qualidade do ensino de forma inclusiva (Paraná, 2020).

Mais especificamente o papel do professor apoio, segundo a SEED-PR, trata-se da adaptação das aulas, orientar as atividades pedagógicas, disponibilizar as avaliações de forma que atendam as necessidades dos educandos em questão, adequar um plano articulado com os professores regentes, entre outros inúmeros deveres.

A busca na pesquisa metodológica a cerca da presente temática e o papel desenvolvido pelo professor a frente dos desafios diários de sala de aula é de suma importância para cada profissional da educação, uma vez que a teoria aliada com a prática docente nos permite desenvolver uma compreensão mais profunda e significativa do ensino, expandir as habilidades de adaptação às necessidades dos alunos e promover o desenvolvimento profissional contínuo.

Nas próximas seções, serão apresentado o relato de experiência do projeto “As políticas públicas direcionadas à formação educacional”, descrevendo o processo de desenvolvimento, as ações realizadas e os resultados obtidos, evidenciando as aprendizagens construídas pelos estudantes envolvidos e as contribuições do projeto para a formação docente e para a reflexão sobre a inclusão na educação básica.

## METODOLOGIA





Para tornar possível o planejamento de todas estas etapas a seguir de pesquisa, elaboração, aplicação e conclusão sobre nossa experiência, organizamos um cronograma no qual nos orientou no que seria preciso fazer para concluir o projeto.

O mês de agosto de 2023, o primeiro do projeto, foi dedicado às atividades preliminares: à escolha do tema, à pesquisa em artigos científicos e à busca de materiais pedagógicos de apoio. Além disso, foram realizadas conversas sobre o tema com especialistas, como professores atuantes e psicopedagogas com formação específica em educação inclusiva.

A partir disto, foram selecionados os artigos científicos que embasaram nosso trabalho, divisão de pautas a serem defendidas, estudo aprofundado sobre a temática e a preparação da apresentação. Focamos também na busca por dinâmicas ou atividades lúdicas que auxiliassem nosso público alvo a relacionar a prática docente com a aplicação de nosso projeto, além de termos elaborado materiais didáticos para o uso de cada ouvinte em sala de aula quando necessário.

Durante a etapa de aprovação do projeto pela professora responsável apresentamos todo nosso trabalho para que ela fizesse as correções pertinentes e nos auxiliasse nas atualizações referentes à relação da teoria com a prática docente.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com o projeto aprovado pela professora orientadora, colocamos o mesmo em prática no Colégio Estadual Mário de Andrade de Francisco Beltrão – PR nas turmas do curso integrado ao ensino médio de Formação de Docentes, onde foram desenvolvidos a apresentação teórica, desenvolvimento da dinâmica e a preparação de materiais pedagógicos.

Durante a etapa de aplicação deste projeto, inicialmente desenvolvemos a dinâmica “Quem Sou Eu?”. Ela tem como objetivo principal trazer uma reflexão onde cada aluno consiga se colocar no lugar do outro. O preparo da dinâmica começou com a seleção de diferentes tipos de perfis comportamentais e também de exemplos de pessoas que convivem no dia a dia daquele aluno com certo diagnóstico, sendo eles: Surdo, cego, TDAH, autismo nível 1 (dificuldade de socialização), autismo nível 2 (dificuldade na comunicação e linguagem), autismo nível 3 (isolamento total e agressividade), professor apoio e colega inclusivo.

Em seguida, todos os integrantes da turma de formação de docentes pegaram um papel, com a descrição do que deveriam buscar interpretar. Foi desenvolvido um momento de interação onde um colega não sabia qual papel o outro estava representando, a ideia era que



todos pudessem interagir e tentar entender sabendo lidar com diferentes perfis, sem ao menos ter alguma formação. Por fim, selecionamos algumas pessoas para adivinhar o papel do colega e expressar o que sentiu com relação ao objetivo central da dinâmica, com isso concluímos que os mesmos não estariam preparados para lidar com diferentes perfis, pois não possuem a formação necessária ainda tornando visível a necessidade da formação continuada na vida do profissional docente.

Durante a apresentação teórica, foi enfatizada a importância da educação continuada para que os futuros professores possam trabalhar em salas de aulas com diferentes perfis de alunos, ademais, a parte histórica foi citada trazendo um olhar para a evolução dos comportamentos sociais com relação a educação inclusiva e por fim, discutiu-se com os estudantes sobre a legislação governamental vigente a cerca do assunto abordado.



**Figura 1:** Imagem da apresentação teórica realizada na aplicação do projeto.

Fonte: Autoria Própria

Em relação aos recursos pedagógicos apresentados, foram cuidadosamente selecionados e disponibilizados para a visualização de toda a turma uma variedade de materiais. Isso incluiu um conjunto de atividades especialmente elaboradas para alunos com necessidades especiais, uma coleção de desafios matemáticos interativos na forma de uma “problemoteca” que pode ser um importante recurso didático para utilização de problemas de uma forma não convencional (Da Costa, 2021), e a introdução do material dourado como uma ferramenta didática adicional durante as aulas, entre outras opções consideradas.





**Figura 2:** Imagem da explicação dos materiais desenvolvidos e de adaptações pedagógicas.

Fonte: Autoria Própria.

Ainda, foi desenvolvido com os discentes o ábaco como forma de calcularmos as quatro operações básicas de maneira interativa e inclusiva, que foi produzido com caixa de ovos, palitos de churrasco, E.V.A. e cola quente, podendo ser adaptado conforme as diferentes realidades ali inseridas (Batista; Duarte; Campos, 2016).



**Figura 3:** Imagem de confecção do Ábaco com os alunos.

Fonte: Autoria Própria

Em suma, a aplicação deste projeto foi extremamente positiva para nós onde conseguimos elaborar uma discussão com os alunos que estavam participando, a fim de ampliar a visão dos mesmos sobre a educação inclusiva e buscar melhorar sua prática principalmente na disciplina de matemática.





Ao findar a aplicação do projeto, foi dialogado com os estudantes em busca de um feedback para nosso trabalho e os mesmos reagiram de forma muito significativa para nós, deixando evidente a importância de discutir sobre nossa temática. Foi relatado também a relevância de ter pessoas com formação específica em disciplinas do currículo comum das escolas que possam trazer para os estudantes do curso de Formação de Docentes outras práticas que busque facilitar o entendimento dos alunos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como perspectiva principal, buscamos transmitir o conhecimento já adquirido no decorrer do projeto, com o intuito de influenciar e despertar o interesse dos futuros profissionais de educação infantil, para estarem melhor informados e mais perseverantes no que tange ao tema trabalhado.

Ademais, buscamos cooperar com o dia a dia em sala de aula, com ênfase no trabalho voltado às crianças com necessidades específicas, além de propor atividades e dinâmicas lúdicas que podem ser utilizadas para proporcionar maior aprendizado e também disponibilizar uma forma de alterações de atividades já aplicadas, mas pensando em alunos com necessidades especiais.

Os objetivos propostos durante este projeto foram principalmente enaltecer a importância da educação inclusiva na sociedade escolar por meio do diálogo com os estudantes e elaborar atividades e materiais didáticos como possíveis formas de adaptação curricular, os quais foram alcançados e enaltecidos em cada etapa de nossa produção e aplicação.

Contudo, ao concluirmos o projeto, reconhecemos também algumas limitações que indicam possibilidades de aprimoramento. A principal delas diz respeito à ausência de um acompanhamento longitudinal que possibilitasse observar, ao longo do tempo, os efeitos das práticas propostas na rotina escolar dos participantes e seu impacto na formação docente. Como perspectiva para um projeto futuro, consideramos pertinente desenvolver uma pesquisa de continuidade, voltada ao monitoramento e à análise dos desdobramentos dessas práticas em contextos reais de sala de aula.

Ainda assim, consideramos que esta experiência foi extremamente enriquecedora, tanto para nossa formação acadêmica quanto para o desenvolvimento profissional, pois nos permitiu refletir sobre o papel do educador na promoção de uma educação mais equitativa e sensível às singularidades dos alunos. Esperamos que este trabalho contribua para inspirar outros projetos voltados à formação docente e ao fortalecimento da educação inclusiva.



## REFERÊNCIAS

- ABED, A. L. Z. O desenvolvimento das habilidades socioemocionais como caminho para a aprendizagem e o sucesso escolar de alunos da educação básica. **Constr. psicopedag.**, São Paulo, v. 24, n. 25, p. 8-27, 2016.
- BATISTA, B. R.; DUARTE, M.; CAMPOS, J. A. D. P. P. Pibid da educação especial: uma experiência de adaptação de atividades para apoio à inclusão escolar. **Educação em Revista**, Marília, SP, v. 17, n. 2, 2016. DOI: 10.36311/2236-5192.2016.v17n02.06.p73. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/educacaoemrevista/article/view/6301>. Acesso em: 5 out. 2025.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 1988. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 13 set. 2023.
- BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm). Acesso em: 11 set. 2023.
- CAMARGO, S. P. H.; BOSA, C. A. Competência social, inclusão escolar e autismo: revisão crítica da literatura. **Psicologia & Sociedade**, v. 21, p. 65-74, 2009.
- COSTA, P. K. A. DA. **Didática da Matemática**. Curitiba: IESDE BRASIL SA, [s.d.].
- DIRETRIZES Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Brasília: MEC, 2001. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/diretrizes.pdf>. Acesso em: 11 set. 2023.
- EVANGELISTA, O.; SHIROMA, E. O. Professor: protagonista e obstáculo da reforma. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 33, n. 3, p. 531-541, set./dez. 2007.
- MAGALHÃES, L. K. C. D.; AZEVEDO, L. C. S. S. Formação continuada e suas implicações: entre a lei e o trabalho docente. **Cadernos Cedes**, Campinas, v. 35, n. 95, p. 15-36, jan./abr. 2015.
- PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. **A EDUCAÇÃO ESPECIAL NO PARANÁ: Subsídios para a construção das Diretrizes Pedagógicas da Educação Especial na Educação Básica**. [Curitiba]: SEED, [2010]. Disponível em: [http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/sem\\_pedagogica/fev 2010/educacao\\_especial\\_parana.pdf](http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/sem_pedagogica/fev 2010/educacao_especial_parana.pdf). Acesso em: 18 set. 2023.
- PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação e do Esporte. **Orientação nº 006/2020 – DEDUC/SEED**. Curitiba, 2020. Disponível em: [https://www.educacao.pr.gov.br/sites/default/arquivos\\_restritos/files/documento/2020-10/orientacao\\_062020\\_aee\\_educacaoespecial\\_27102020.pdf](https://www.educacao.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2020-10/orientacao_062020_aee_educacaoespecial_27102020.pdf). Acesso em: 18 set. 2023.
- ROGALSKI, S. M. Histórico do surgimento da educação especial. **Revista de Educação do IDEAU**, Getúlio Vargas, v. 5, n. 12, p. 1-13, jul./dez. 2010.
- VIANNA, M. M.; SILVA, S. E.; SIQUEIRA, C. F. O. Plano Educacional Individualizado: Que ferramenta é esta. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES EM EDUCAÇÃO ESPECIAL, 7., 2011, Londrina. **Anais...** Londrina: UEL, 2011. p. 1-10.